

**30. PROPOSTAS DE ACERTOS FINANCEIROS – MINUTA DE ADENDA AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS:**

Submete-se proposta de acertos financeiros acompanhada da minuta de adenda aos acordos de execução e dos demais elementos e informações, que vão em anexo.

*A m de Santos*  
*1909.04***INFORMAÇÃO Nº 02/2019/GAP/AB**

Referência	Data
	2019.07.25

**Assunto: Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia – acertos financeiros**

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal,

Em 2014 foram celebrados Acordos de Execução de delegação de competências nas Juntas de Freguesia do concelho.

Decorridos cinco anos, considerando levantamentos técnicos relativos a acertos de quantidades, a inflação sobre os preços dos serviços em causa, bem como alterações demográficas e tendo em conta que há Freguesias que sofrem carga populacional não seriada oficialmente em virtude de permanecerem por razões de estudo, trabalho ou lazer, mas que acarretam custos de manutenção, é momento de se efetuarem acertos aos valores protocolados.

Assim:

Considerando o que dispõe o nº 2, do artigo 41º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto que estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, ao preceituar que: - a revogação dos artigos 132.º a 136.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro alterada pelas Leis nº 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro não prejudica a manutenção dos acordos de execução celebrados ao seu abrigo previamente à entrada em vigor da presente lei;

Considerando a premência de se efetuarem estes acertos;

Considerando o estabelecido na cláusula dos referidos Acordos de Execução que refere no seu número 2, que: - “sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que devidamente fundamentado objeto de acertos financeiros”;

Considerando o princípio do reequilíbrio financeiro subjacente aos referidos acordos;

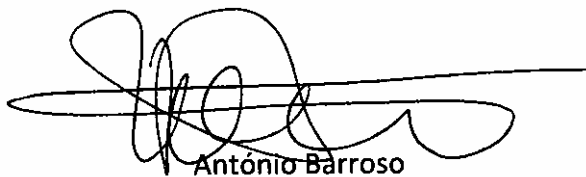
Considerando as conversações/negociações tidas com cada Junta de Freguesia e tendo em conta as informações produzidas pelos serviços técnicos, atinentes a cada área em referência;

Propõe-se a submissão desta proposta de acertos financeiros acompanhada da minuta de adenda aos Acordos de Execução e dos demais elementos e informações que a justificam ao sancionamento dos respetivos órgãos municipais para aprovação e pelos órgãos das respetivas Freguesias.

À consideração superior,

Anexos:

- Minuta de adenda ao acordo de execução em vigor;
- Mapa de valores globais atualizados incluindo os respetivos acertos;
- Documentação relativa aos acordos de execução em vigor;



António Barroso

GAP

## MINUTA

**Aditamento ao Acordo de Execução de delegação de competências na Freguesia \_\_\_\_\_ em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, manutenção e reparação do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1ºciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes.**

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de, concelho de , com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** \_\_\_\_\_, titular do Cartão de Cidadão nº \_\_\_\_\_, emitido \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA** \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na \_\_\_\_\_, da referida freguesia de \_\_\_\_\_, pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**. -----

**Considerando que:** -----

1. Em 2014 foram celebrados Acordos de Execução de delegação de competências nas freguesias do concelho, que se apresentam em anexo;
2. Decorridos cinco anos, considerando levantamentos técnicos relativos a acertos de quantidades, a inflação sobre os preços dos serviços em causa, bem como alterações demográficas e tendo em conta que há Freguesias que sofrem carga populacional não seriada oficialmente em virtude de permanecerem por razões de estudo, trabalho ou lazer, mas que acarretam custos de manutenção, é momento de se efetuarem acertos aos valores protocolados.
3. O que dispõe o nº 2, do artigo 41º da Lei nº 50/2018 , de 16 de agosto que estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, ao preceituar que: - a revogação dos artigos 132.º a 136.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro alterada pelas Leis n.º 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho,

## MINUTA

7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro não prejudica a manutenção dos Acordos de Execução celebrados ao seu abrigo previamente à entrada em vigor da presente lei;

4. Existe premência de se efetuarem estes acertos;
5. O estabelecido na cláusula dos referidos Acordos de Execução refere no seu número 2, que: - "sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que devidamente fundamentado objeto de acertos financeiros";
6. É tido em conta o princípio do reequilíbrio financeiro subjacente aos referidos acordos;
7. Houve conversações/negociações com cada Junta de Freguesia e tendo em conta as informações produzidas pelos serviços técnicos, atinentes a cada área em referência;

Entre os representados de ambos os outorgantes, é celebrado o presente Aditamento ao Acordo de Execução de delegação de competências, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_ em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de \_\_\_\_\_;

### **Cláusula 1ª**

#### **Adenda**

Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª do Acordo de Execução, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba adicional, a título de acerto financeiro (conforme previsto no Ponto 2 da referida Cláusula) no montante de \_\_\_\_\_, a transferir *(tempo e modo de pagamento. )*.....

## **MINUTA**

### **Cláusula 2ª**

#### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromissos nºs \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.. -----

#### **Arquiva-se no maço de documentos:**

- a) As deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia que aprovaram a minuta do presente Aditamento;
- b) os referidos pareceres técnicos dos serviços competentes;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso. -----

#### **Pelo segundo outorgante foram exibidas:-----**

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ de..... de 2019 pelo \_\_\_\_\_ Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida em de -----de 2019. -----

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. -----

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

## | ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

### COMPETÊNCIAS

FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e) e f)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público Artigo 132.º n.º 1 c)		Valores Totais Delegação Competências ao abrigo do Artigo nº 132º	Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
ADAUFE	12	10 200,00 €	48 861	48 861,00 €	567	4 536,00 €	53	18 550,00 €		11 560,00 €	93 707,00 €	22 314,00 €	116 021,00 €
ARENTIM E CUNHA	10	8 500,00 €	22 298	22 298,00 €	1 002	8 016,00 €	42	14 700,00 €		10 360,00 €	63 874,00 €	25 745,00 €	89 619,00 €
CABREIROS - PASSOS S. JULIÃO	9	7 650,00 €	30 260	30 260,00 €	414	3 312,00 €	40	14 000,00 €		6 590,00 €	61 812,00 €	38 647,00 €	100 459,00 €
CELEIRÓS AVELEDA E VIMEIRO	32	27 200,00 €	111 079	111 079,00 €	1477	11 816,00 €	51	17 850,00 €		3 155,00 €	171 100,00 €		171 100,00 €
CRESPOS E POUSADA	9	7 650,00 €	15 108	15 108,00 €	295	2 360,00 €	21	7 350,00 €		1 500,00 €	33 968,00 €	39 198,00 €	73 166,00 €
ESCUDEIROS, PENSO S. VICENTE E S. ESTEVÃO	4	3 400,00 €	21 406	21 406,00 €	254	2 032,00 €	28	9 800,00 €		3 840,00 €	40 478,00 €	60 272,00 €	100 750,00 €
ESPINHO	5	4 250,00 €	5 841	5 841,00 €	164	1 312,00 €	27	9 450,00 €		1 570,00 €	22 423,00 €	18 894,00 €	41 317,00 €
ESPORÕES	6	5 100,00 €	16 026	16 026,00 €	312	2 496,00 €	48	16 800,00 €		6 840,00 €	47 262,00 €	22 723,00 €	69 985,00 €

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

## | ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

### COMPETÊNCIAS

FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS												TOTAIS
	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e) e f)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público Artigo 132.º n.º 1 c)		Valores Totais Delegação Competências ao abrigo do Artigo nº 132º	Fator de coesão territorial - Artº 135	
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €			
ESTE S.PEDRO E S. MAMEDE	14	11 900,00 €	44 150	44 150,00 €	476	3 808,00 €	33	11 550,00 €		1 380,00 €	72 788,00 €	29 340,00 €	102 128,00 €
FERREIROS E GONDIZALVES	30	25 500,00 €	98 963	98 963,00 €	638	5 104,00 €	48	16 800,00 €		5 595,00 €	151 962,00 €	0,00 €	151 962,00 €
FIGUEIREDO	7	5 950,00 €	15 112	15 112,00 €	343	2 744,00 €	26	9 100,00 €		6 643,00 €	39 549,00 €	13 862,00 €	53 411,00 €
GUALTAR	21	17 850,00 €	63 349	63 349,00 €	1 060	8 480,00 €	28	9 800,00 €		7 950,00 €	107 429,00 €	12 500,00 €	119 929,00 €
GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO	6	5 100,00 €	15 006	15 006,00 €	468	3 744,00 €	38	13 300,00 €		3 575,00 €	40 725,00 €	40 692,00 €	81 417,00 €
LAMAS	2	1 700,00 €	24 280	24 280,00 €	149	1 192,00 €	11	3 850,00 €		4 200,00 €	35 222,00 €	16 588,00 €	51 810,00 €
LOMAR E ARCOS	13	11 050,00 €	62 538	62 538,00 €	811	6 488,00 €	20	7 000,00 €		3 770,00 €	90 846,00 €	25 080,00 €	115 926,00 €
MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE	39	6 150,00 €	0	0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	6 150,00 €	3 690,00 €	9 840,00 €



# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

## | ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

### COMPETÊNCIAS

FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e) e f)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público Artigo 132.º n.º 1 c)	Valores Totais Delegação Competências ao abrigo do Artigo nº 132º	Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €				
MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES	21	17 850,00 €	50 739	50 739,00 €	733	5 864,00 €	42	14 700,00 €	14 335,00 €	103 488,00 €	48 665,00 €	152 153,00 €
MERELIM S. PEDRO E FROSSOS	20	17 000,00 €	70 013	70 013,00 €	1 911	15 288,00 €	35	12 250,00 €	21 525,00 €	136 076,00 €	14 760,00 €	150 836,00 €
MIRE DE TIBÃES	12	10 200,00 €	30 096	30 096,00 €	525	4 200,00 €	28	9 800,00 €	8 035,00 €	62 331,00 €	4 810,00 €	67 141,00 €
MORREIRA E TRANDEIRAS	6	5 100,00 €	14 932	14 932,00 €	165	1 320,00 €	30	10 500,00 €	2 930,00 €	34 782,00 €	41 670,00 €	76 452,00 €
NOGUEIRA, FRAIÃO	32	27 200,00 €	201 038	201 038,00 €	2869	22 952,00 €	90	31 500,00 €	26 705,00 €	309 395,00 €		309 395,00 €
NOGUEIRÓ E TENÕES	9	7 650,00 €	70 419	70 419,00 €	820	6 560,00 €	27	9 450,00 €	9 530,00 €	103 609,00 €		103 609,00 €
PADIM DA GRAÇA	8	6 800,00 €	12 638	12 638,00 €	304	2 432,00 €	15	5 250,00 €	7 521,00 €	34 641,00 €	10 213,00 €	44 854,00 €
PALMEIRA	14	11 900,00 €	79 984	79 984,00 €	1941	15 528,00 €	42	14 700,00 €	7 467,00 €	129 579,00 €		129 579,00 €

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

## | ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

COMPETÊNCIAS													
FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e) e f)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público Artigo 132.º n.º 1 c)	Valores Totais Delegação Competências ao abrigo do Artigo nº 132º		Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €		Qualidade	Valor €		
PEDRALVA	5	4 250,00 €	4 795	4 795,00 €	81	648,00 €	16	5 600,00 €		4 780,00 €	20 073,00 €	22 440,00 €	42 513,00 €
PRISCOS	2	1 700,00 €	5 089	5 089,00 €	167	1 336,00 €	37	12 950,00 €		2 700,00 €	23 775,00 €	24 816,00 €	48 591,00 €
REAL, DUME E SEMELHE	41	34 850,00 €	146 846	146 846,00 €	2957	23 656,00 €	78	27 300,00 €		29 365,00 €	262 017,00 €	6 690,00 €	268 707,00 €
RUILHE	5	4 250,00 €	8 127	8 127,00 €	148	1 184,00 €	22	7 700,00 €		2 840,00 €	24 101,00 €	20 168,00 €	44 269,00 €
SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA	2	1 700,00 €	11 846	11 846,00 €	129	1 032,00 €	17	5 950,00 €		3 300,00 €	23 828,00 €	41 270,00 €	65 098,00 €
S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO	49	7 350,00 €	0	0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	7 350,00 €		7 350,00 €
SEQUEIRA	6	5 100,00 €	11 746	11 746,00 €	342	2 736,00 €	25	8 750,00 €		4 355,00 €	32 687,00 €	25 204,00 €	57 891,00 €
S. VICENTE	19	2 850,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	2 850,00 €	3 690,00 €	6 540,00 €
S.VICTOR	32	4 800,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	4 800,00 €		4 800,00 €
SOBREPOSTA	6	5 100,00 €	28 137	28 137,00 €	230	1 840,00 €	30	10 500,00 €		2 250,00 €	47 827,00 €	11 017,00 €	58 844,00 €
TADIM	6	5 100,00 €	26 514	26 514,00 €	254	2 032,00 €	16	5 600,00 €		3 200,00 €	42 446,00 €	16 931,00 €	59 377,00 €
TEBOSA	6	5 100,00 €	3 559	3 559,00 €	378	3 024,00 €	28	9 800,00 €		3 595,00 €	25 078,00 €	22 600,00 €	47 678,00 €

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

## | ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

COMPETÊNCIAS											
FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e) e f)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público Artigo 132.º n.º 1 c)		Valores Totais Delegação Competências ao abrigo do Artigo nº 132º
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
	8	6 800,00 €	14 777	14 777,00 €	625	5 000,00 €	34	11 900,00 €	6 525,00 €	45 002,00 €	76 816,00 €
TOTAIS	528,00	351 800,00 €	1 385 572	1 385 572,00 €	23 009	184 072,00 €	1126	394 100,00 €	239 486,00 €	2 555 030,00 €	3 271 333,00 €

Deliberação sobre a proposta de delegação de competências.  
Remete-se à Câmara Municipal.

Reunião de 2014/04/28

**ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS EM MATÉRIA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXCEÇÃO DAQUELE QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES:**

Uma vez promovido e concluído o processo de negociação com as Juntas de Freguesia, no âmbito da disciplina normativa e principiológica vertida na Lei n.º 75/2013, que nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Acordos de Execução com as 37 Freguesias do Concelho, conforme minutas em anexo (Doc. 1 e Doc. 2), bem como a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2014, por conta das competências a delegar, cujo valor anual atinge o montante global de 2 291 866,07€ (Dois milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sete centimos), conforme discriminado no mapa em anexo (Doc. 3). Proposta que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricada por todos os membros presentes à reunião.

ASSUNTO: ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS EM  
MATÉRIA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, LIMPEZA DAS VIAS E  
ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DO  
MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXCEÇÃO DAQUELE  
QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES  
NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO  
BÁSICO E A MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES.

CONSIDERANDO,

1 – Que, nos termos do artigo 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se consideram delegadas nas juntas de freguesia as competências aí referidas;

2- Que a produção dos efeitos desta delegação legal está dependente da celebração de um acordo de execução, nos termos do artigo 133º;

3- Que a alínea l) do nº 1 do seu artigo 33º, sob a epígrafe “competências materiais”, prevê expressamente que *“compete à câmara municipal discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”*.

4-Que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 28 de outubro de 2013, foram de imediato dados os primeiros passos com vista à melhor negociação com as respetivas juntas de freguesia;

5- Que o ponto de partida para a negociação aconteceu, logo após a instalação dos órgãos, mediante a comunicação formal/convite a todos os presidentes das juntas de freguesia do respetivo quadro legal, convidando-os para a apresentação de sugestões;

6- Que em simultâneo foram por iniciativa deste Município realizadas sessões conjuntamente com o NEDAL/AEDRL da Universidade do Minho, para as quais foram chamados a estar presentes todos os autarcas envolvidos, com franca adesão e

participação dos presentes, de modo a que todos pudéssemos refletir sobre o novo regime estabelecido pela Lei nº 75/2013;

- Que os Acordos de Execução não têm de incidir sobre o elenco de todas as competências legalmente previstas, podendo apenas respeitar a algumas delas,

Proponho, uma vez promovido e concluído o processo de negociação com as Juntas de Freguesia, no âmbito da disciplina normativa e principiológica vertida na Lei nº 75/2013, que nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Acordos de Execução com as 37 Freguesias do Concelho, conforme minutas em anexo (Doc. 1 e Doc. 2), bem como a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2014, por conta das competências a delegar, cujo valor anual atinge o montante global de 2 291 866,07€ (Dois milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sete cêntimos), conforme discriminado no mapa em anexo (Doc. 3).

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

*[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be "M. Silva" and several other initials.]*

Acordo de execução de delegação de competências na Freguesia \_\_\_\_\_ em matéria de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de, concelho de, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** \_\_\_\_\_, titular do Cartão de Cidadão nº \_\_\_\_\_, emitido \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA DE** \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na \_\_\_\_\_, da referida freguesia de \_\_\_\_\_, pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 – Que, nos termos do artigo 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se consideram delegadas nas juntas de freguesia as competências aí referidas;
- 2- Que a produção dos efeitos desta delegação legal está dependente da celebração de um acordo de execução, nos termos do artigo 133º;
3. Que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhes forem delegadas ao abrigo do artigo 132.º daquela Lei;
- 4-Que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 28 de outubro de 2014, foram encetadas negociações com a Freguesia de \_\_\_\_\_;
- 5- Que em estudo se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício da competência devidamente discriminada no presente Acordo pela Freguesia de \_\_\_\_\_
- 6 – Que o exercício desta competência pela Freguesia não determina o aumento da despesa pública global; promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e concretiza uma boa articulação entre o Município e a Freguesia;

7 - Que a concretização da delegação da competência, materializada no presente Acordo de Execução, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013 e tem por objeto a delegação da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do referido art.º 132º. ---

8 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou e negociou com a Junta de Freguesia de \_\_\_\_\_ o presente Acordo de Execução de delegação de competências; -----

Assim, entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 133.º conjugado com o artigo 132.º, n.º 1, alínea e) da referida Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente Acordo de Execução de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_ em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de \_\_\_\_\_; -----

### Cláusula 1ª

#### Objeto

O presente Acordo de Execução tem por objeto a delegação de competência na **FREGUESIA** em matéria de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico . -----

### Cláusula 2ª

#### Atividades de conservação e manutenção

1 - No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** compromete-se a realizar pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico . -----

2. As reparações relativas aos estabelecimentos escolares integram, em especial, as elencadas no Anexo I do presente Acordo de Execução, que dele faz parte integrante. -----



102 RF  
[Handwritten signatures and initials]

**Cláusula 3ª**  
**(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba anual no montante de \_\_\_\_\_, em conformidade com o Mapa anexo, que constitui o Anexo II deste contrato e dele faz parte integrante, a transferir trimestralmente por conta da competência ora delegada, com início no mês de janeiro. \_\_\_\_\_

2- Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objeto de acertos financeiros.

**Cláusula 4ª**  
**Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato, por não ter sido considerado necessário.

**Cláusula 5ª**  
**Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário. \_\_\_\_\_

**Cláusula 6ª**  
**Obrigações da FREGUESIA**

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** fica obrigada a: \_\_\_\_\_
- a) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento da competência delegada; \_\_\_\_\_
  - b) Proceder de forma correta e equilibrada às reparações nos estabelecimentos de educação, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia; \_\_\_\_\_
  - c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das reparações dos estabelecimentos de educação; \_\_\_\_\_

**Cláusula 7ª**  
**Execução e avaliação do contrato**

1 - A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo **MUNICÍPIO** que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a

**FREGUESIA**, solicitando todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente contrato. \_\_\_\_\_

2 – Tendo em vista a verificação da realização dos trabalhos objeto da competência ora delegada, a **FREGUESIA** deve remeter, trimestralmente, ao **MUNICÍPIO** informação detalhada sobre os trabalhos realizados. \_\_\_\_\_

#### **Cláusula 8ª**

##### **Prazo de validade do contrato**

A duração do presente contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e considera-se renovado após a instalação deste órgão.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Cessação do Acordo**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique: \_\_\_\_\_

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes; \_\_\_\_\_

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado. \_\_\_\_\_

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o **MUNICÍPIO** deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da referida Lei n.º 75/2013. \_\_\_\_\_

3. A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Câmara o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Modificação do acordo de execução**

1. O presente Acordo de Execução pode ser modificado por acordo entre as partes, sempre que as circunstâncias em que se fundou a decisão de acordar a delegação da competência tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do Acordo de Execução. \_\_\_\_\_

2. A modificação do Acordo de Execução obedece a forma escrita. \_\_\_\_\_

**Cláusula 11.ª**

**Revogação**

O presente Acordo de Execução não é suscetível de revogação. ....

**Cláusula 12.ª**

**Caducidade**

O Acordo de Execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 8.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes. ....

**Cláusula 13.ª**

**Publicidade**

O presente acordo será disponibilizado por ambos os outorgantes nas suas páginas do sítio da Internet e afixado em local próprio nas respetivas sedes.

**Cláusula 14ª**

**Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromissos nºs \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.. ....

**Cláusula 15ª**

**Disposições legais aplicáveis**

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado e o estabelecido no Anexo I; b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ----
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia que aprovaram a minuta do presente Acordo de Execução; b) O mencionado documento onde consta a

descrição dos trabalhos relativos aos estabelecimentos escolares referido no nº 3 da cláusula 2ª; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso. \_\_\_\_\_

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:** \_\_\_\_\_

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ de ... .. de 2014 pelo \_\_\_\_\_ Serviço de Finanças de Braga; b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ???de ----de 2014. \_\_\_\_\_

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. \_\_\_\_\_

## ANEXO I

Reparações a que se refere o n.º 2 da cláusula 2.ª

### Carpintaria

- ☐ Substituição de vidros até 1m2

### Instalações sanitárias

- ☐ Substituição ou reparação de torneiras
- ☐ Colocação, reparação ou substituição de porta rolos de papel higiénico, toalheiros, saboneteiras, dispensadores, toalhetes, papeleiras e outros equipamentos similares

### Instalação elétrica

- ☐ Substituição de lâmpadas e luminárias (com proteção)

Nota: os trabalhos a executar devem estar em conformidade com os normativos em vigor.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "Bry", "20", "J. B.", and "Muniz".

Doc. 2  
[Handwritten signatures]

**Acordo de execução de delegação de competências na Freguesia \_\_\_\_\_ em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, manutenção e reparação do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes.**

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de \_\_\_\_\_, concelho de \_\_\_\_\_, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** \_\_\_\_\_, titular do Cartão de Cidadão nº \_\_\_\_\_, emitido \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA DE \_\_\_\_\_**, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na \_\_\_\_\_, da referida freguesia de \_\_\_\_\_, pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**.

Considerando que: \_\_\_\_\_

- 1 – Que, nos termos do artigo 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se consideram delegadas nas juntas de freguesia as competências aí referidas;
- 2- Que a produção dos efeitos desta delegação legal está dependente da celebração de um acordo de execução, nos termos do artigo 133º;
- 3- Que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhes forem delegadas ao abrigo do artigo 132.º daquela Lei;
- 4-Que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 28 de outubro de 2014, foram encetadas negociações com a Freguesia de \_\_\_\_\_;
- 5- Que em estudo se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício das competências devidamente discriminadas no presente Acordo pela Freguesia de \_\_\_\_\_

6 – Que o exercício destas competências pela Freguesia não determina o aumento da despesa pública global; promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e concretiza uma boa articulação entre o Município e a Freguesia;

7 – Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente Acordo de Execução, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013 e tem por objeto a delegação das competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do nº 1 do referido art.º 132º.

8 - Por força do disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou e negociou com a Junta de Freguesia de \_\_\_\_\_ o presente Acordo de Execução de delegação de competências;

Assim, entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 133.º conjugado com o artigo 132.º, nº 1, alíneas a), b), c), e) e f) da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente Acordo de Execução de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_ em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de \_\_\_\_\_;

### Cláusula 1ª

#### Objeto

O presente Acordo de Execução tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA** em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes, manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e de promoção a manutenção dos espaços envolventes destes estabelecimentos.

**Cláusula 2ª**

**Atividades de conservação e manutenção**

1 - No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** compromete-se a assegurar a gestão e manutenção dos espaços verdes, a limpeza das vias e dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros, bem como realizar pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e a promover a manutenção dos seus espaços envolventes. -----

2 - A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação compreende a limpeza, a manutenção e a conservação dos espaços de jogo e recreio, propiciando uma sua adequada utilização. -----

3. As reparações relativas aos estabelecimentos escolares integram, em especial, as elencadas no Anexo I do presente Acordo de Execução, que dele faz parte integrante. -----

**Cláusula 3ª**

**(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba anual no montante de \_\_\_\_\_, a transferir trimestralmente, com início no mês de janeiro, em conformidade com o Mapa anexo, onde constam, discriminados, os montantes a transferir por conta de cada uma das competências ora delegadas, que constitui o Anexo II deste contrato e dele faz parte integrante. -----

2- Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objeto de acertos financeiros.

**Cláusula 4ª**

**Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato, por não ter sido considerado necessário.

**Cláusula 5ª**

**Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário. -----

**Cláusula 6ª**

**Obrigações da FREGUESIA**

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** fica obrigada a: -----

*[Handwritten signatures and initials in the top right corner]*



a) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas; -----

b) Proceder de forma correta e equilibrada às reparações nos estabelecimentos de educação e à manutenção de espaços envolventes, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia; -----

c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências, a cada uma das reparações ou à manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação; -----

#### **Cláusula 7ª**

##### **Execução e avaliação do contrato**

1 - A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo **MUNICÍPIO** que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a **FREGUESIA**, solicitando todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente contrato. -----

2 - Tendo em vista a verificação da realização dos trabalhos objeto das competências ora delegadas, o **MUNICÍPIO**, no que respeita aos trabalhos de gestão e manutenção de espaços verdes, de limpeza das vias e dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros, procederá à elaboração de autos de medição e, no que respeita às reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e à manutenção dos seus espaços envolventes, a **FREGUESIA** deve remeter, trimestralmente, ao **MUNICÍPIO** informação detalhada sobre os trabalhos realizados. -----

#### **Cláusula 8ª**

##### **Prazo de validade do contrato**

A duração do presente contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e considera-se renovado após a instalação deste órgão.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Cessação do Acordo**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique: -----

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes; -----

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado. -----

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o **MUNICÍPIO** deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da referida Lei n.º 75/2013. -----

3. A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Câmara o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Modificação do acordo de execução**

1. O presente Acordo de Execução pode ser modificado por acordo entre as partes, sempre que as circunstâncias em que se fundou a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do Acordo de Execução. -----

2. A modificação do Acordo de Execução obedece a forma escrita. -----

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Revogação**

O presente Acordo de Execução não é suscetível de revogação. -----

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Caducidade**

O Acordo de Execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 8.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes. -----

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Publicidade**

O presente acordo será disponibilizado por ambos os outorgantes nas suas páginas do sítio da Internet e afixado em local próprio nas respetivas sedes.

#### **Cláusula 14ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromissos nºs \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.. -----

**Cláusula 15ª**

**Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado e o estabelecido no Anexo I; b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ---

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia que aprovaram a minuta do presente Acordo de Execução; b) O mencionado documento onde consta a descrição dos trabalhos relativos aos estabelecimentos escolares referido no nº 3 da cláusula 2ª; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso. -----

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**-----

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ de ... .. de 2014 pelo \_\_\_\_\_ Serviço de Finanças de Braga; b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ???de ----de 2014. -----

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. -----

## ANEXO I

Reparações a que se refere o n.º 3 da cláusula 2.ª

### Carpintaria

- ☐ Substituição de vidros
- ☐ Substituição/reparação de ferragens
- ☐ Afinação de portas e janelas
- ☐ Colocação/deslocação/fixação de quadros, placards, cabides, etc.
- ☐ Outras pequenas intervenções

### Instalações sanitárias

- ☐ Reparação ou substituição de louças sanitárias e autoclismos
- ☐ Desentupimento/limpeza de sistemas de esgotos
- ☐ Substituição ou reparação de torneiras
- ☐ Reparação das ligações de águas aos aparelhos
- ☐ Colocação de tampos de sanitas
- ☐ Colocação, reparação ou substituição de porta rolos de papel higiénico, toalheiros, saboneteiras, dispensadores, toalhetes, papeleiras e outros equipamentos similares
- ☐ Outras pequenas reparações

### Instalação elétrica

- ☐ Substituição de lâmpadas e luminárias (com proteção)
- ☐ Reparação/substituição de tomadas (com alvéolos) e interruptores
- ☐ Manutenção de quadros elétricos
- ☐ Fixação ou substituição de fios soltos ou partidos, com recurso à colocação de calha técnica, se necessário
- ☐ Execução de pequenas instalações, para ligação de aparelhos elétricos, exceto quando exija o reforço da potência elétrica contratualizada
- ☐ Outras pequenas reparações

Nota: os trabalhos a executar devem estar em conformidade com os normativos em vigor.

### Cobertura do edifício

- ☐ Substituição de telhas partidas
- ☐ Limpeza de telhados

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "B", "A", and "Muita".

☐ Reparação de pequenas peças da estrutura (ripa, etc.)

☐ Reparação e limpeza de algeroz e tubos de queda

☐ Outras pequenas intervenções

### **Serralharia**

☐ Substituição ou reparação de fechaduras e outras ferragens

☐ Reparação de portas, cancelas, portões, janelas e gradeamentos em ferro ou outro metal

☐ Reparação e colocação de vedações, vitrinas de exterior, chaveiros.

☐ Outras pequenas reparações

### **Espaço exterior e recreio**

☐ Limpeza e regularização dos pisos dos recreios

☐ Pequenas reparações em muros e vedações

☐ Limpeza ou substituição das areias do espaço de jogo e recreio

☐ Limpeza de valetas e sumidouros

### **Outras pequenas reparações**

☐ Limpeza de salamandras e chaminés

☐ Pequenas reparações dos rebocos das paredes dos edifícios e pintura das zonas reparadas

☐ Pequenas reparações e manutenção do mobiliário (pinturas, fechaduras, puxadores, borrachas...)

☐ Pequenas reparações e tratamento dos pisos das salas

☐ Substituição de pilhas/baterias em alarmes e campainhas

☐ Reparação de estores

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "B.", "A.", and "mimé".

**BRAGA**  
MUNICIPIO

**COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro**

## AVALIAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

## COMPETÊNCIAS

FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão de manutenção de espaço arborizados			Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado	Valores Totais Delegação ao Abrigo do nº 132	Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €					
ADAAFE	12	9.731,00 €	36.648,04	25.652,23 €	567	2.268,00 €	53,02	17.983,00 €	8.580,00 €	62.194,23 €	82.194,23 €		
ARENTEIRA E CUNHA	10	8.109,00 €	18.324,80	12.827,36 €	1.002	4.008,00 €	41,57	14.101,00 €	10.360,00 €	49.405,36 €	25.745,24 €	75.150,80 €	
CABREIROS - PASSOS S. JULIÃO	9	7.298,00 €	12.000,00	8.400,00 €	294	1.176,00 €	34	11.533,00 €	5.590,00 €	33.997,00 €	37.648,95 €	71.643,95 €	
CELEIRÓS AVELEDA E TIMMEIRO	32	25.949,00 €	186.978,60	109.862,92 €	1477	5.905,00 €	51	17.288,26 €	3.155,00 €	182.194,12 €	182.194,12 €		
CRESPOS E LOUSADA	9	7.298,00 €	14.288,90	10.002,23 €	255	1.020,00 €	20,85	7.072,00 €	195,00 €	25.587,23 €	31.197,82 €	56.785,05 €	
ESCUDEIROS, PENSO S. VICENTE E S. ESTEVÃO	4	3.244,00 €	8.354,50	5.848,15 €	104	416,00 €	23,90	8.107,00 €	3.840,00 €	21.455,15 €	60.271,60 €	81.726,75 €	
ESPINHO	5	4.055,00 €	1.640,30	1.148,21 €	164	656,00 €	19	6.444,80 €	1.570,00 €	13.874,01 €	18.894,19 €	32.769,20 €	
ESPORÕES	6	4.868,00 €	15.990,20	11.193,14 €	287	1.148,00 €	21,58	7.320,00 €	2.840,00 €	27.387,14 €	10.047,66 €	37.414,80 €	

**COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro**

**[ AVALIAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS ]**

COMPETÊNCIAS														
FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão de espaço arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado		Valores Totais Delegação de Competências do Abrigo do nº 132	Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTALS	
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	Km	Valor €	Valor €					
ESTE S. PEDRO E S. NAMEDE	14	11.353,00 €	25.354,70	17.748,29 €	476	1.904,00 €	32,52	11.032,00 €		1.380,00 €	43.417,29 €	29.340,01 €	72.757,30 €	
FERREIROS E GONDIZALVES	30	24.330,00 €	78.000,00	55.300,00 €	638	2.552,00 €	47,83	16.224,00 €		5.595,00 €	104.001,00 €		104.001,00 €	
FIGUEIREDO	7	5.676,00 €	28.233,60	19.763,52 €	118	472,00 €	11,98	4.064,00 €			29.975,52 €	13.861,68 €	43.837,20 €	
GUALTAR	17	13.787,00 €	50.925,00	35.848,00 €	875	3.500,00 €	23,35	10.973,12 €		8.950,00 €	70.858,12 €	3.000,00 €	73.858,12 €	
GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO	8	4.866,00 €	8.310,40	5.817,28 €	88	272,00 €	20	6.784,00 €		1.575,00 €	18.314,28 €	40.691,57 €	60.005,85 €	
LAMAS	2	1.622,00 €	10.063,30	7.037,31 €	149	596,00 €	10,8	3.595,50 €		4.200,00 €	17.050,81 €	16.588,29 €	33.639,10 €	
LOMAR E ARCOS	11	8.920,00 €	50.409,00	35.286,30 €	811	3.244,00 €	19,93	6.760,00 €		770,00 €	54.980,30 €	18.080,35 €	73.060,65 €	
MAXIMINOS, SÉ E CIVDADE	41	6.152,6	0,00	0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	4.800,00 €	3.690,00 €	9.840 €	

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top left: "20.05" and "20.05" with initials.  
 - Top right: "20.05" and "20.05" with initials.  
 - Middle right: "20.05" and "20.05" with initials.  
 - Bottom right: "20.05" and "20.05" with initials.



# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

## [ AVALIAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS ]

COMPETÊNCIAS													
FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaço arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado		Valores Totais Delegação Competências do Abrigo do nº 132		Fator de coesão territorial - Artº 135
	Nº de Salas	Valor €	m²	Valor €	m²	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES	21	17.029,00 €	29.617,00	20.732,32 €	733	2.932,00 €	42,17	14.304,00 €		14.335,00 €	69.332,32 €	48.664,58 €	117.996,90 €
MERELIM S. PEDRO E FROSSOS	14	11.354,00 €	73.808,00	51.865,60 €	1.000	4.000,00 €	35	11.872,00 €		21.525,00 €	100.416,60 €		100.416,60 €
MIRE DE TIBÃES	12	9.731,00 €	22.320,00	15.624,00 €	180	720,00 €	23,00	7.801,60 €		5.035,00 €	38.911,60 €	4.810,40 €	43.722,00 €
MORREIRA E TRANDERAS	6	4.866,00 €	13.768,70	9.652,09 €	165	660,00 €	30,00	10.176,00 €		2.930,00 €	28.284,09 €	41.670,08 €	69.954,15 €
NOGUEIRA, FRAIÃO	32	25.949,00 €	111.762,71	78.233,90 €	1269	5.076,00 €	75,00	25.440,00 €		13.780,00 €			148.478,90 €
NOGUEIRÓ E TENÕES	9	7.298,00 €	73.949,60	51.764,72 €	820	3.280,00 €	27	9.158,40 €		9.530,00 €	81.031,12 €		81.031,12 €
PADIM DA GRAÇA	8	6.467,00 €	22.351,20	15.646,54 €	204	816,00 €	15,00	5.088,00 €		3.990,00 €	32.027,54 €	10.213,31 €	42.240,85 €
PALMEIRA	14	11.353,00 €	63.410,00	44.387,00 €	1941	7.764,00 €	42	14.246,40 €		7.467,00 €	85.217,40 €		85.217,40 €

TOTALS

Valor €



**COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro**

**| AVALIAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS |**

**COMPETÊNCIAS**

FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS										Fator de coesão territorial - Artº 135	Valores Totais Delegação de Competências ao Abrigo do nº 132	Valores Totais	Valor €	Valor €	TOTALS	Valor €
	Conservação de escolas e espaços envolventes Artº 132.º n.º 1 e)	Gestão e manutenção de espaços verdes Artº 132.º n.º 1 a)	Gestão de espaços arborizados	Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artº 132.º n.º 1 b)	Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado	Valor €	Km	Valor €	Valor €	Valor €							
	Nº de Salas	m²	Valor €	m²	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €							
PEDRALVA	5	808,30	4.055,00 €	21	585,81 €	84,00 €	15,98	5.414,00 €	3.780,00 €	13.898,81 €	20.747,59 €	34.888,40 €	38.542,25 €				
PRISCOS	1	3.204,00	811,00 €	54	2.243,22 €	216,00 €	25	8.480,00 €	2.040,00 €	13.790,22 €	24.816,03 €	38.606,25 €					
REAL, DUME E SEMELHE	39	96.000,00	31.629,00 €	2207	67.200,00 €	8.828,00 €	70	23.744,00 €	14.385,00 €	145.768,00 €		145.768,00 €					
RUILHE	5	6.800,00	4.055,00 €	48	4.760,00 €	192,00 €	17,00	5.769,00 €	1.340,00 €	16.118,00 €	20.168,13 €	36.284,13 €					
SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA	3	8.240,50	2.433,00 €	129	5.768,35 €	516,00 €	16,42	5.570,00 €	1.800,00 €	18.087,35 €	41.269,95 €	57.357,30 €					
S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO	49	0,00	7.350,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	7.350,00 €		7.350,00 €					
SEQUEIRA	6	11.803,31	4.866,00 €		8.122,31 €		25,40	8.816,00 €	3.355,00 €	24.959,31 €	23.203,96 €	48.163,27 €					
S. VICENTE	19	0,00	2.880,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	2.880,00 €	0,00 €	2.880,00 €					
S.VICTOR	32	0,00	4.800,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	4.800,00 €		4.800,00 €					
SOBREPOSTA	6	14.000,00	4.866,00 €	230	9.800,00 €	920,00 €	29500	10.008,40 €	2.250,00 €	27.842,40 €	11.017,38 €	38.859,78 €					
TADM	6	15.824,40	4.866,00 €	194	11.077,08 €	776,00 €	11,80	3.935,00 €	1.200,00 €	21.854,08 €	15.730,72 €	37.584,80 €					
TEBOSA	6	5.035,80	4.866,00 €	100	3.525,06 €	400,00 €	19,80	6.716,00 €	595,00 €	16.102,06 €	21.149,44 €	37.251,50 €					

40.376,48



**BRAGA**  
MUNICÍPIO

**COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro**

**[ AVALIAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS ]**

COMPETÊNCIAS													
FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e)		Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão e manutenção de espaço arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado		Valores Totais Delegação Competências ao Abrigo do nº 132	Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m²	Valor €	m²	Valor €	Km	Valor €	Qu an tid ad	Valor €			
		VILAÇA E FRADELOS	8	6.487,00 €	18.421,30	12.894,91 €	500	2.000,00 €	20,67	7.011,00 €		3.525,00 €	
TOTAIS	8	6.487,00 €	18.421,30	12.894,91 €	500	2.000,00 €	20,67	7.011,00 €		3.525,00 €	31.917,91 €	31.813,89 €	63.731,80 €